



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**RAQUEL PEREIRA ARRUDA**

**A RELAÇÃO EFETIVA ENTRE OS PROFESSORES E OS PROFISSIONAIS DE  
APOIO NA PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO:  
PENSANDO A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS,  
TRANSTORNOS E/OU SUPERDOTAÇÃO**

**FORTALEZA**

**2023**

RAQUEL PEREIRA ARRUDA

**A relação efetiva entre os professores e os profissionais de apoio na produção e execução do planejamento pedagógico: pensando a inclusão de crianças com deficiências, transtornos e/ou superdotação**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgia Albuquerque de Toledo Pinto

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

A819r Arruda, Raquel Pereira.  
A RELAÇÃO EFETIVA ENTRE OS PROFESSORES E OS PROFISSIONAIS DE APOIO NA  
PRODUÇÃO E EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: PENSANDO A INCLUSÃO DE  
CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS, TRANSTORNOS E/OU SUPERDOTAÇÃO / Raquel Pereira Arruda. –  
2023.  
37 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,  
Curso de Pedagogia  
, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Georgia Albuquerque de Toledo Pinto.

1. Planejamento colaborativo. 2. Educação inclusiva. 3. Profissionais de apoio. I. Título.

CDD 370

---

RAQUEL PEREIRA ARRUDA

A relação efetiva entre os professores e os profissionais de apoio na produção e execução do planejamento pedagógico: pensando a inclusão de crianças com deficiências, transtornos e/ou superdotação

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 15/12/2023

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Georgia Albuquerque de Toledo Pinto (Orientadora)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jakeline Alencar Andrade  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Camilla Rocha da Silva  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

“Talvez não seja fácil  
Tirar do coração e pôr na sola do sapato  
E ver que todo mundo acha que você tá errado  
Ter que acreditar numa certeza que é só sua  
Fazer isso virar música e seguir sempre focado  
E sempre conviver com a incerteza do momento  
De se lutar pra ser quem é, e eu luto faz tempo  
Mas é que a minha escolha é só minha  
E eu escolho que já é hora do voo  
E que hoje o céu já fez silêncio

Eu acho tão bonito quando  
A gente segue um sonho  
E não quer mais voltar”

- Canção “Sonho”, Atitude 67.

## AGRADECIMENTOS

Durante a minha jornada de vida, trilhei caminhos e tive o prazer de me deparar com pessoas incríveis que me guiarão para este caminho que trilho, um caminho com alegrias, dores e muito aprendizado. Sou grata a todos que conheci e pude aprender. Desejo que este seja apenas o início de uma jornada de muito conhecimento e aprendizado.

Agradeço a Deus por ter me dado forças mesmo quando pensei não ter.

Agradeço à minha mãe, Maria Eli, e ao meu pai, José Arruda, por sempre investirem na minha educação e por terem feito de tudo para que essa jornada percorrida na graduação pudesse se concretizar. Agradeço também ao meu irmão que sempre me motivou a continuar meus estudos.

Agradeço ao meu amigo Ítalo Silveira que esteve presente do início ao fim da minha graduação, me apoiando, incentivando e sendo um pilar durante essa trajetória. Obrigada por ter acreditado em mim, por me impulsionar e por ser um amigo tão fiel. Sua amizade foi e é essencial para mim.

Agradeço a minha amiga Karlla Bruna que mostrou a gentileza e a beleza de uma amizade calma e respeitosa. Você iluminou meus dias e fez minha jornada na faculdade mais leve e feliz. Sou grata pela nossa amizade e por podermos crescer juntas. Agradeço também pelo acolhimento que sua família teve comigo.

Agradeço a Gabriele, por todos os bons momentos vividos juntas, obrigada por ter feito a minha vida mais feliz, sua presença sempre é sentida.

Agradeço a Andrea Napoli, por ser tão autêntica e ter me proporcionado leveza e inspiração nesta jornada.

Agradeço à minha orientadora Georgia Albuquerque por ter sido tão solicitada e por ter me feito ampliar minha visão sobre a educação, uma inspiração.

Agradeço às professoras Camilla Rocha e Jakeline Andrade, é uma honra tê-las em minha banca.

Por fim, agradeço a todos que não foram citados, mas que tem um lugar especial em meu coração e que foram essenciais para a minha construção como pessoa.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo discutir como o planejamento articulado entre os professores e os profissionais de apoio auxilia no processo de inclusão de uma criança com deficiências, transtornos e/ou superdotação. Inquietação esta que surgiu a partir de vivências por parte da pesquisadora ao atuar como profissional de apoio e refletir sobre este cenário. Como suporte para as reflexões e análises dessa pesquisa foi utilizado como ferramenta teórica os estudos de Mazzotta (2011), Martins (1997), Carvalho (2016), e outros que discutem acerca do papel da escola e sobre a educação especial. Também foi destacado algumas leis, suas resoluções e documentos de orientações do município de Fortaleza para tratar dos papéis dos agentes da inclusão. O instrumento metodológico utilizado foi um formulário da plataforma *Google Forms*, que continha diversas perguntas destinadas a professores de sala de aula comum, professores do AEE e profissionais de apoio. A pesquisa levantou dados qualitativos. E o instrumento escolhido possibilitou recolher informações e relatos importantes para, articulado à teoria, tivesse-se êxito em guiar a reflexão central dessa pesquisa. Na análise de dados é discorrido sobre como os dados obtidos mostraram que não há a participação, em nenhum momento, dos profissionais de apoio no planejamento do professor de sala de aula comum. Porém, todos os profissionais respondentes concordam que o planejamento colaborativo mostra-se eficaz para uma melhor proposição de práticas pedagógicas inclusivas. Por fim, nas considerações finais é sintetizado os impactos positivos do planejamento articulado com os profissionais que acompanham uma criança com deficiências, transtornos e/ou superdotação. Também é destacado o caráter de reflexão constante que é essencial a prática educativa, e a necessidade de continuar a produção de pesquisas que criem novos desdobramentos ao debate da educação inclusiva.

**Palavras-chave:** Planejamento colaborativo; Educação inclusiva; Profissionais de apoio.

## **ABSTRACT**

The present research aims to discuss how coordinated planning between teachers and support professionals helps in the process of including a child with disabilities, disorders and/or giftedness. This concern arose from the researcher's experiences when acting as a support professional and reflecting on this scenario. As support for the reflections and analyzes of this research, studies by Mazzotta (2011), Martins (1997), Carvalho (2016), and others who discuss the role of the school and special education were used as a theoretical tool. Some laws, their resolutions and guidance documents from the municipality of Fortaleza were also highlighted to deal with the roles of inclusion agents. The methodological instrument used was a form on the Google Forms platform, which contained several questions aimed at regular classroom teachers, AEE teachers and support professionals. The research collected qualitative data. And the chosen instrument made it possible to collect important information and reports that, linked to theory, were successful in guiding the central reflection of this research. In the data analysis, it is discussed how the data obtained showed that there is no participation, at any time, of support professionals in the planning of the common classroom teacher. However, all responding professionals agree that collaborative planning is effective for better proposing inclusive pedagogical practices. Finally, in the final considerations, the positive impacts of planning coordinated with professionals who accompany a child with disabilities, disorders and/or giftedness are summarized. Also highlighted is the character of constant reflection that is essential to educational practice, and the need to continue producing research that creates new developments in the debate on inclusive education.

**Keywords:** Collaborative planning; Inclusive education; Support professionals.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. A educação como DIREITO</b>	<b>12</b>
<b>2.1. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva</b>	<b>13</b>
<b>3. Agentes da inclusão</b>	<b>16</b>
<b>3.1. O professor: mediador de aprendizagem</b>	<b>16</b>
<b>3.2. Profissionais que somam</b>	<b>17</b>
<b>4. O planejamento</b>	<b>19</b>
<b>5. METODOLOGIA</b>	<b>24</b>
<b>6. ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>25</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>29</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>31</b>
<b>APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA</b>	<b>34</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O primeiro contato que tive com a docência, na prática, foi no quinto semestre do curso de pedagogia, na ocasião fui contratada como estagiária em uma escola particular. De início me falaram que eu teria que auxiliar uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA), que estava no terceiro ano do ensino fundamental. Meu papel seria acompanhá-la no banheiro, recreio e na saída. No entanto, o cenário real foi de ficar integralmente com a criança durante toda a sua rotina na escola, sendo eu a responsável por recebê-lo durante a chegada, o acompanhar dentro de sala, no recreio, ao banheiro, entregá-lo ao seu familiar na saída, porém, também estava responsável por toda a parte pedagógica.

Quando as aulas iniciavam nenhum dos 5 professores que se dividiram entre as disciplinas escolares considerava ele em seu planejamento. A sensação que eu tinha era de ser responsável por ajudá-lo no seu desenvolvimento cognitivo. Nenhum professor pensava em produzir práticas verdadeiramente inclusivas, nem sequer entregava algum material para que ele fizesse durante a aula, sendo incumbido a mim esse papel.

Esse cenário me causava um desconforto gigantesco, pois o que eu presenciava era um cenário de falsa inclusão, pois a criança estava presente no espaço, mas a sua capacidade cognitiva e de aprender era desconsiderada por todos os professores, que nem sequer tiravam um tempo para conversar comigo e entender melhor sobre ele, o que ele gostava, o que ele conseguia ou não fazer. Em épocas de provas, pediam para que eu saísse com ele da sala para não atrapalhar as outras crianças, sendo que ele era uma criança que adorava estar em sala. Por além do TEA ter também hiperatividade, em sala, em alguns momentos, ele se mantinha mais agitado, emitindo sons e às vezes ficava em pé na sala.

Esses meses que passei acompanhando-o, me fizeram refletir sobre o cenário de pseudo inclusão que estão as crianças com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, diante dessa angústia tracei diálogos com algumas pessoas e percebi que não era apenas nessa instituição, que não era apenas comigo, que não era apenas no setor privado que estas crianças por vezes são deixadas no esquecimento por parte dos professores em seus planos de aula.

Todo esse cenário de insatisfação e injustiça me fizeram escolher esse tema como pesquisa para o meu TCC, pois pensamentos como “se os professores conversassem comigo a respeito dele, para que eu pudesse compartilhar o que sei dele, e nós pensássemos juntos maneiras de melhorar essa situação, seria melhor para ele”. Infelizmente isto não ocorria, então eu me sentia na obrigação de não o deixar no ócio durante as 4 horas em que ele

passava na escola, e em cima da hora pensava em algumas atividades descontextualizadas da realidade da sala para oportunizar a ele algum tipo de conhecimento, visto que ele não era alfabetizado em uma turma onde todos já eram.

Diante disso, surgiu a inquietação de refletir acerca desse cenário, principalmente quanto ao impacto desse planejamento colaborativo. Assim, a presente pesquisa desenvolveu-se a partir do objetivo de discutir como o planejamento articulado com os profissionais que acompanham uma criança com deficiência auxilia na inclusão.

Os passos que foram dados em direção à este objetivo e que constituem nossos objetivos específicos são: 1) Apresentar a legislação que garante o processo de inclusão escolar de uma criança com deficiência; 2) Discutir o papel do professor e dos demais profissionais que garantem o desenvolvimento de uma criança com deficiência dentro da educação regular; 3) Refletir como o papel do professor e do auxiliar está diretamente relacionado com a qualidade de atendimento da criança no contexto escolar.

Há muitas pesquisas que trabalham com planejamento, no entanto, as que trabalham com o planejamento articulado entre profissionais para promover a inclusão, ainda não é tão pesquisado.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, eu me debruço a respeito da educação como um direito a todos garantida em lei, em seguida faço um pequeno recorte histórico a respeito das leis de inclusão e da inserção desse público no contexto educacional mundial e nacional, quando no início se dava por meio de uma segregação com institutos que acolhiam crianças e adolescentes com uma deficiência específica, como os dos surdos.

No segundo capítulo detalho um pouco a respeito de alguns profissionais que estão diretamente ligados à educação, sendo eles professores de sala regular, professores do AEE, profissionais de apoio, assistente de inclusão e coordenador pedagógico, além de também comentar brevemente acerca das funções que estes profissionais desempenham em um cenário escolar.

No terceiro capítulo, discorro acerca do planejamento escolar e também acerca de documentos que são norteadores de um plano de aula, como o Projeto Político Pedagógico da escola e o currículo. Ademais, relato brevemente sobre as funções de cada documento, e a sua importância.

Adiante, discorro na metodologia mostrando os sujeitos da pesquisa, e suas contribuições à ela. Dados levantados tendo como instrumento um formulário do Google, no qual coloquei perguntas discursivas e de múltipla escolha. Esse processo fez com que eu recolhesse informações e relatos importantes para, junto da teoria, guiar a reflexão central dessa pesquisa.

Por fim, escrevo as considerações finais do trabalho, espaço em que eu condense as principais reflexões e desdobramentos oriundos da análise de dados. Também apresento a importância de permanecer como professor pesquisador de uma área tão essencial como a da inclusão escolar.

## 1. A educação como DIREITO

A escola tem a função essencial de propor meios para um desenvolvimento pessoal (social, físico, cognitivo e afetivo) e de cidadania para a população. Desse modo, a escola pública e de qualidade é um direito conquistado e explicitado no Artº 205 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) disserta na lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no título 1 o referente sobre a educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A escola é um ambiente rico em pluralidade, inserido nela, os educandos têm contato com diferentes realidades, lidam com seus emocionais, aprendem e ensinam suas potencialidades, tornando-se aprendentes e ensinantes durante todo seu percurso educativo. Acerca disso, Martins (1997) afirma que dentro desse ambiente há um estímulo às relações interpessoais estabelecidas, pois estas “passam pelos aspectos emocionais, intelectuais e sociais.” (MARTINS, 1997, p.120).

Desse modo, a educação e as instituições escolares garantem e permitem o desenvolvimento dos indivíduos tanto no **âmbito sócio-cultural**, quanto no **âmbito científico**, tornando-se ferramenta essencial em uma sociedade. Acerca desses dois aspectos, Libânio (2005, p.117 apud COSTA, 2012) pontua que a escola ao possibilitar “o domínio dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis

ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos”, proporciona assim, uma educação de qualidade.

### **1.1. Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**

Segundo Mazzota (2011, p. 16) percebe-se que até o século XVIII o entendimento que se tinha acerca dos deficientes eram pautados em espiritualidade e religiosidade, não havendo alicerce para a compreensão de forma científica.

A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade. Manifestando-se através de medidas isoladas, de indivíduos ou grupos, a conquista e o reconhecimento de alguns direitos dos portadores de deficiências (*sic*) podem ser identificados como elementos integrantes de políticas sociais, a partir de meados deste século. (MAZZOTA, 2011, p. 15)

Nesse cenário de desconhecimento, as pessoas com deficiências (PCDs) foram segregadas e ignoradas pela sociedade.

Outrossim, a autora Maria Montessori também contribuiu com estudos acerca da forma como as PCDs eram negligenciadas pelas políticas educacionais de seu país. Visto que eram tidas, pela grande parte da população, como improdutivos e sem capacidade de aprender, ponto de vista defendido até por uma determinada parcela dos pesquisadores e profissionais da área da saúde e educação. (KRAMER, 1976 apud BARBOSA, BARBOSA e GOMES, 2022).

Montessori observou que o motivo pelo qual as crianças não se desenvolviam sociocognitivamente não era por conta do seu estado de saúde, mas sim, pela falta de estímulos pedagógicos em seu entorno. (LUSTOSA, 2017 apud BARBOSA, BARBOSA e GOMES, 2022).

[...] na perspectiva da autora [Montessori], a gênese do fracasso escolar e da evasão não é centrado no indivíduo com deficiência, mas sim, no meio escolar e nas pessoas que não oportunizam as estratégias pedagógicas e recursos adequados para o desenvolvimento desses sujeitos.

No Brasil, foi datado no século XIX o início da movimentação para planejar o atendimento aos cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Esse movimento teve “iniciativas oficiais e particulares isoladas, refletindo o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiências” (MAZZOTA, 2011).

A educação, como explicitado anteriormente, é um direito constitucional garantido e elucidado no artigo 205, que expõe, dentre outras coisas, a função do Estado como ente

que deve assegurar a toda a população brasileira o direito ao acesso à educação. No artigo 206 também disserta sobre os princípios bases para que a educação seja ministrada:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- IX - garantia de padrão de qualidade;

Os incisos acima manifestam de forma evidente sobre a igualdade ao acesso e permanência, o respeito, e a garantia a uma educação de qualidade a todos. Porém, também na Constituição de 1988, em seu artigo 208, era estabelecido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, **preferencialmente** na rede regular de ensino” (grifo nosso), que como destaca Carvalho (2016) “indicava que tais alunos fossem integrados nas escolas comuns, o que nos leva a pensar nas classes especiais”. Apesar do valor equânime do artigo 205 e 206, percebe-se que no artigo 208 há o caráter integracionista, que demonstra contradição aos antecessores.

Somente em 1996, na LDB, foi abordada a Educação Especial (no capítulo V da Lei), definindo-a como uma “modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”

Em 2011 foi instituído o Plano Nacional dos Direitos de Pessoas com Deficiência- Plano Viver sem Limite (Decreto N° 7.612, de 17 de novembro de 2011), que traz em seu texto a garantia de um sistema educacional inclusivo, pontuando como um dos eixos de atuação do Plano Viver sem Limite o acesso à educação. O Plano prometeu investimentos em recursos e serviços de apoio à educação, promovendo ações na “Sala Recursos Multifuncionais (SRM), a promoção de acessibilidade arquitetônica nas escolas, a formação de professores para realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a aquisição de ônibus escolares acessíveis.”

Em 6 de julho de 2015 é instituída a lei 13.146, Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas Com Deficiência, que assinala em seu capítulo IV especificamente acerca da educação, trazendo-a também como direito da PCDs. Incumbindo assim, ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar diversas ações, descritas nos incisos da lei, que garantem o sistema educacional inclusivo e a eliminação dos possíveis empecilhos atitudinais, metodológicos e estruturais que as PCDs poderiam enfrentar,

incentivando também medidas que favoreçam o desenvolvimento integral e pleno dessas pessoas.

Produzindo um recorte na atualidade, em 2020, foi promulgado o DECRETO N° 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, assinado pelo então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, que em seu Art. 2° trata sobre os fins do disposto neste Decreto, aborda em seus incisos

- I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, **preferencialmente**, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- VI - **escolas especializadas** - instituições de ensino planejadas para o atendimento educacional aos educandos da educação especial que não se beneficiam, em seu desenvolvimento, quando incluídos em escolas regulares inclusivas e que apresentam demanda por apoios múltiplos e contínuos;
- VII - **classes especializadas** - classes organizadas em escolas regulares inclusivas, com acessibilidade de arquitetura, equipamentos, mobiliário, projeto pedagógico e material didático, planejados com vistas ao atendimento das especificidades do público ao qual são destinadas, e que devem ser regidas por profissionais qualificados para o cumprimento de sua finalidade (grifo nosso).

Esses incisos denotam um retrocesso na luta pela inclusão escolar, visto que retorna a segregar PCDs abrindo brechas para implementações de escolas especializadas e classes especializadas, negando o acesso pleno, integral e inclusivo das PCDs ao convívio escolar com todos. Acerca disso, Silva escreve

“Várias entidades emitiram notas de repúdio por entender que o Decreto 10502/20 viola diretamente a garantia do acesso ao sistema inclusivo em todos os níveis e o aprendizado ao longo de toda a vida para as pessoas com deficiência ao colocar as classes e escolas especializadas como uma opção a classes e escolas regulares inclusivas. Entre essas entidades estão a Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos – ANADEP, representante de mais de seis mil defensoras e defensores públicos estaduais e distritais das 27 unidades da federação, bem como responsável pela promoção e proteção de direitos de milhões de pessoas em situações de vulnerabilidades, por meio da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Comissão da Infância e Juventude e a comunidade científica vinculada à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), ao Comitê Fiocruz pela Acessibilidade e Inclusão da Pessoa com Deficiência, ao Observatório de Educação Especial e Inclusão Educacional (ObEE) e ao AcolheDown (Anadep, 2020; Abrasco, 2020).” (SILVA, 2021)

Entretanto, no dia 18 de dezembro de 2020 o Plenário do Supremo Tribunal Federal referendou a liminar que suspendeu a eficácia do decreto 10.502 de 2020, pois entendeu-se que “a norma pode fundamentar políticas públicas que fragilizam o imperativo da inclusão” do público da educação especial. Em 2023, o decreto foi revogado pelo atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, com o Decreto n° 11.370 de 1 de janeiro.

## **2. Agentes da inclusão**

O presente capítulo tem como objetivo discutir o papel do professor e dos demais profissionais que garantem o desenvolvimento de uma criança com deficiência dentro da educação regular.

É evidente que o professor de sala de aula comum é um agente extremamente importante no processo de inclusão, visto que ele tem o papel de “fomentar estratégias didáticas e procedimentos que repercutam na aprendizagem de todos os estudantes” (LUSTOSA, 2021). Porém, sabe-se também que é necessário um apoio de outros profissionais que, junto ao professor, irão direcionar o processo pedagógico, possibilitando assim a apropriação do conhecimento, e portanto, a efetiva inclusão escolar.

Diante disso, e destacando a necessidade de articulação entre esses sujeitos, mostra-se relevante a esta pesquisa, debruçar-se um pouco mais acerca do papel de alguns profissionais que estão diretamente ligados à efetivação da inclusão escolar.

### **2.1 O professor: mediador de aprendizagem**

Dentro da escola o professor é o mediador dos conhecimentos, visto que ele tem a função de pensar uma ação pedagógica que propicie o desenvolvimento e autonomia dos estudantes, possibilitando-os a se tornarem seres ativos no seu processo de aprendizagem. Acerca dessa incumbência, Fontana (2000 apud BULGRAEN, 2010, p. 30-32) afirma:

é preciso que o adulto assuma o seu papel com o objetivo claro da relação de ensino (que é o de ensinar), levando em consideração a condição de ambos os lados dessa prática, como parceiros intelectuais, desiguais em termos de desenvolvimento psicológico e dos lugares sociais ocupados no processo histórico, mas por isso mesmo, parceiros na relação contraditória do conhecimento. (FONTANA, 2000 apud BULGRAEN, 2010, p. 30-32)

De acordo com Paniago (2017), John Dewey, um dos principais precursores do movimento escola nova, defendia uma pedagogia ativa, que é desenvolvida quando se tem a participação dos alunos, reconhecendo e tomando as experiências deles em seu meio social como forma de realizar o seu fazer pedagógico, assim, contextualizando-o com a realidade da sala de aula.

Para um desenvolvimento ativo e integral do aluno é necessária uma participação dinâmica dele nesse processo. O professor com seu fazer pedagógico deve possibilitar a participação dos alunos agilmente, oferecendo espaço de fala e protagonismo diante do seu processo formativo. Segundo Gadotti (2007, p. 13) ocorre um fracasso no processo educativo quando o professor nega a participação ativa do aluno, ele também

pontua que “o aluno aprende quando o professor aprende; ambos aprendem quando pesquisam” (GADOTTI, 2007, p. 13).

Paulo Freire (1982, p.100) disserta sobre a importância do educador ser um agente ativo e reflexivo diante da sua prática docente, buscando sempre pensar na prática, compreender seus limites e as limitações que circundam o fazer pedagógico que perpassam a figura do educador. Ele pontua isto na seguinte citação:

O sonho viável exige de mim pensar diariamente a minha prática; exige de mim a descoberta, a descoberta constante dos limites da minha própria prática, que significa perceber e demarcar a existência do que eu chamo espaços livres a serem preenchidos. O sonho possível tem a ver com os limites destes espaços e esses limites são históricos. (FREIRE, 1982, p.100)

Pensar e repensar a sua prática, contribui para a construção da identidade docente, permitindo evolução. Ademais, para continuar a presente discussão, é mister pontuar que a reflexão da prática docente exprime a intencionalidade pedagógica, e esse pensamento reflexivo e contextualizado é essencial para um planejamento eficiente.

## **2.2 Profissionais que somam**

Com a instauração do Atendimento Educacional Especializado (AEE), surgiu uma nova gama de profissionais que auxiliam os demais responsáveis pelo processo de inclusão dos alunos. Dentre esses novos profissionais, estão o professor do AEE, o profissional de apoio e o assistente de inclusão nas escolas, contendo atribuições descritas a seguir.

Em relação ao professor do AEE sua função é essencial para a inclusão escolar, visto que ele, juntamente com os professores de sala de aula comum, mapeia os alunos público alvo do AEE, para assim, iniciar um trabalho mais individual, criando um plano do AEE, com o intuito de propiciar ao estudante a aquisição de habilidades ainda não adquiridas. Ademais, trabalha de forma articulada com os professores da sala de aula comum, ajudando-o a modular o seu material de forma a incluir a necessidade do aluno. De acordo com a Resolução nº 10/2013 do Conselho Municipal de Educação de Fortaleza, o(a) professor(a) de AEE deverá desenvolver seu trabalho considerando as seguintes ações:

- a) Realizar a entrevista com a família, a avaliação diagnóstica e o estudo de caso do estudante;
- b) Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do estudante, contemplando:
  - A identificação de suas habilidades e necessidades educacionais específicas;
  - A definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade;

- O tipo de atendimento, conforme as necessidades educacionais específicas dos estudantes;
  - O cronograma do atendimento, individual ou em pequenos grupos, e a carga horária;
- c) Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
  - d) Produzir recursos e materiais pedagógicos e de acessibilidade, considerando as necessidades educacionais específicas dos estudantes e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
  - e) Estabelecer a articulação com os professores(as) da sala de aula comum e com os demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e a aprendizagem dos estudantes nas atividades escolares, bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
  - f) Orientar os demais professores(as) e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos estudantes de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;

Outrossim, de acordo com a Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010, são atribuições dos **profissionais de apoio escolar**: prestar apoio aos estudantes em questões relacionadas à higiene, locomoção e alimentação, não atribuindo a esse profissional questões relacionadas ao ensino em sala de aula.

Já em relação ao assistente de inclusão escolar, o documento de orientações para os profissionais da educação do município de Fortaleza intitulado “A educação inclusiva na rede municipal de ensino de Fortaleza: um olhar para todos”, disserta em seu texto sobre quais são as atribuições desse profissional, algumas delas são:

- a) Atuar no fortalecimento das ações inclusivas, contribuindo para assegurar as condições para o pleno acesso e participação dos estudantes com deficiência nas diversas atividades desenvolvidas no contexto escolar, promovendo o atendimento das necessidades específicas dos estudantes.
- b) Colaborar no atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência em atividades envolvendo higiene, alimentação, locomoção e comunicação;
- c) Apoiar a escola em ações que assegurem a plena participação dos estudantes com deficiência nas atividades desenvolvidas nos ambientes comuns de aprendizagem (pátio, quadra, biblioteca, salas de multimeios etc);

O coordenador pedagógico é o profissional responsável por planejar ações pedagógicas na escola e por articular o planejamento do professor com a realidade do aluno. Ademais, focalizando no contexto da educação inclusiva, destaca-se algumas funções do coordenador, trazidas nas “Orientações para profissionais da Ed. Inclusiva da Rede Municipal de Fortaleza”:

- a) Favorecer a elaboração do Projeto Político Pedagógico que venha a possibilitar a inclusão dos estudantes na instituição escolar, atendendo-os em suas

necessidades específicas quanto à abordagem pedagógica adequada para sua aprendizagem;

c) Propor o planejamento pedagógico e oferecer subsídio didático para, de forma conjunta com o professor, desenvolver metodologia e propor atividades que sejam voltadas ao ensino aprendizagem, levando em conta as necessidades individuais do aluno;

e) Auxiliar didático e pedagogicamente os professores na escolha e aplicação de materiais didáticos para assegurar o alcance dos objetivos educacionais traçados no planejamento, principalmente quanto a Educação Inclusiva;

f) Acompanhar atividades, diários e/ou relatórios relativos ao registro sobre o aprendizado e desenvolvimento dos alunos, com atenção aos alunos da Educação Especial;

g) Sugerir intervenções pedagógicas para alcance da aprendizagem de todos os alunos e intensificar atenção aos alunos da Educação Especial;

Com isso, percebe-se que a função do coordenador se entrelaça com o corpo docente da instituição, os planejamentos pedagógicos, contato com as famílias e com os discentes da instituição. Desse modo, um coordenador atento aos seus discentes, as necessidades da escola, ao seu corpo docente, percebendo suas potencialidades e fragilidades, possibilita uma escolarização apropriada e inclusiva.

Diante do exposto, percebe-se que todos os supracitados são essenciais para que se obtenha uma efetiva inclusão escolar. Sendo, portanto, necessário o trabalho colaborativo entre todos, principalmente, na aplicação do planejamento pedagógico, ferramenta crucial para o processo de ensino aprendizagem, discutida a seguir.

### **3. O planejamento**

Para traçar um diálogo sobre as ferramentas que tornam o fazer pedagógico possível pensamos no Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento essencial para as instituições de ensino que se utilizam dele para guiar-se e para concretizar os objetivos educacionais da escola. Composto esse PPP, tem-se o currículo, instrumento imprescindível para reger aos caminhos educacionais, visto que é nele que é disposto as noções educacionais na “perspectiva de Libâneo a compreensão de currículo, enquanto projeção do Projeto Pedagógico, o que define currículo como: ‘[...] o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar e as formas de avaliação, em estreita colaboração com a didática’” (CORDEIRO *et al* 2009, p. 168). Acerca disso, Rocha e Borges (2014) trazem que

“...o currículo é um desdobramento da organização e do planejamento do Projeto Pedagógico – Curricular, podendo ser definido como ‘diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola’ (LIBÂNEO, 2008, p. 151). Neste mesmo sentido, o autor César Coll (1996, p. 43), nos explicita que a função mister do currículo e a sua natureza de ser, ‘[...] é explicitar o Projeto – as intenções e o Plano de Ação – que preside as atividades educativas escolares’”.

Dessa forma, é perceptível que a existência de um PPP e um currículo dentro de uma instituição é peça central para a realização dos planejamentos alinhados por parte do professor.

O planejamento escolar, antigamente no Brasil, era visto e feito apenas para suprir uma necessidade burocrática e de controle de trabalho. Como afirma Silva (s.d., p.01) “o planejamento assumiu uma função essencialmente burocrática e de controle do trabalho alheio, tanto no âmbito da organização dos sistemas de ensino quanto no interior de nossas escolas.”

Pensar sobre o planejamento de forma burocrática e apenas como forma de controlar vai ao oposto de uma gestão democrática que visa o planejamento participativo. De acordo com Silva (s.d), esses modelos burocráticos de planejamento “[...] se sustentam na divisão do trabalho, na fragmentação da ação educativa e em concepções de caráter predominantemente instrumental e técnico do planejamento [...]. Já o planejamento participativo, e a gestão democrática da educação, incita

o fortalecimento dos processos e das práticas participativas e coletivas de organização da educação e da escola. Nessa perspectiva, o planejamento assume, portanto, a função de mediador e articulador do trabalho coletivo na educação, em seus diferentes níveis, que se integram e se articulam por meio do planejamento participativo. (SILVA, s.d., p. 01).

O processo de planejamento educacional se mostra essencial e ele se dá em diferentes níveis, “desde os sistemas de ensino, passando pelas unidades educativas, até o trabalho do professor no cotidiano da sala de aula.” (SILVA, s.d., p. 01).

O artigo 14 da LDB também traz como uma das normas da gestão democrática do ensino público a participação dos profissionais da educação na elaboração do PPP da escola. Importante feito, visto que, como discutido anteriormente, este documento orienta a rotina escolar, tendo de ser levado em consideração nos planejamentos de ensino dos professores.

O planejar na educação tem diferentes denominações, variando a partir do seu objetivo, sendo elas: planejamento educacional, planejamento escolar, planejamento de ensino, planejamento curricular.

O planejamento educacional é compreendido como a etapa em que se pensa na educação de modo amplo, que delega ao poder federal, estadual, municipal e instituições as suas determinadas funções. Assim, pensa e planeja estratégias para que a educação seja eficiente e de forma contínua. Também pensando na articulação do âmbito social, em sua pluralidade, com a educação escolar (XAVIER, 2000, p. 34-35).

Já acerca do planejamento escolar, Libâneo (1994) pontua que “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Diante disso, essa etapa indica sobre o ato da instituição de pensar de forma integral em sua instituição, planejar o ambiente, a equipe, a proposta pedagógica e o funcionamento de tudo.

O planejamento curricular se refere ao currículo criado pela instituição de ensino, que como discutido no início deste capítulo, visa determinar os conhecimentos que a escola deseja que seus alunos adquiram. Este documento tem tamanha importância para o professor, visto que o seu planejamento de ensino precisa estar de acordo com o currículo da escola (KLOSOWSKI E REALI, 2008, p. 04).

Já o planejamento de ensino se refere ao plano de aula do professor, que é articulado com o PPP, que traz os conhecimentos que a instituição em que está inserido pretende desenvolver e sob quais viés pedagógico ela está alicerçada. Desse modo, o educador pode pensar em como e em quais atividades irá planejar para aplicar em suas turmas. O planejamento deve ser pensado e organizado com o intuito de abranger as necessidades individuais e grupais de sua turma, de forma contextualizada com a realidade. Como afirma Klosowski e Reali (2008) “o professor deve fazer uma sondagem sobre a realidade que se encontram os seus alunos, qual é o nível de aprendizagem em que estão e quais as dificuldades existentes.”

Somado a isso, Turra et al (1995, p. 17, apud KLOSOWSKI E REALI, 2008, p. 04) disserta

O professor que deseja realizar uma boa atuação docente sabe que deve participar, elaborar e organizar planos em diferentes níveis de complexidade para atender, em classe, seus alunos. Pelo envolvimento no processo ensino-aprendizagem, ele deve estimular a participação do aluno, a fim de que este possa, realmente, efetuar uma aprendizagem tão significativa quanto o permitam suas possibilidades e necessidades. O planejamento, neste caso, envolve a previsão de resultados desejáveis, assim como também os meios necessários para alcançá-los. A responsabilidade do mestre é imensa. Grande parte da eficácia de seu ensino depende da organicidade, coerência e flexibilidade de seu planejamento.

A citação acima traz outra característica essencial para o planejamento: flexibilidade. Sobre isso, Conceição et al. (s.d, p. 03) pontua que o caráter flexível é essencial no ato de planejar, visto que é necessário estar ciente de que, devido ao contexto escolar e sua imprevisibilidade, poderá ocorrer mudanças que vão contribuir para a contemplação das necessidades dos alunos.

Além de revisar sua prática, a qual pode levá-lo a produzir novos planejamentos, o educador pensa também em como será a avaliação. Quanto a avaliação Klosowski e Reali (2008, p. 06) pontua que ela

deve estar intimamente ligada ao processo de preparação do planejamento, principalmente com seus objetivos. Não se espera que a avaliação seja simplesmente um resultado final, mas acima de tudo, seja analisada durante todo o processo; é por isso que se deve planejar todas as ações antes de iniciá-las, definindo cada objetivo em termos dos resultados que se esperam alcançar, e que de fato possa ser atingível pelo aluno.

Como citado anteriormente, a gestão democrática denota a importância da participação de todos no processo educativo.

No entanto, o planejamento escolar é apontado como alternativa de organização coletiva, em que diversos segmentos envolvendo (professores das diversas áreas, alunos, funcionários administrativos e comunidade) discutir e decidir coletivamente e publicamente os objetivos, metas, finalidades, valores, atitudes e solucionem os problemas comuns à escola, viabilizando assim a materialização de uma escola realmente democrática e objetiva. (CONCEIÇÃO et al., 2019, p. 03)

De acordo com Trigueiro (2009), o planejamento "é um processo contínuo que envolve todos os fatores da vida socioeconômica e cultural do indivíduo". Isto porque é evidente que este planejar traz consigo as escolhas a serem desenvolvidas no processo de ensino aprendizagem, que irão preparar os sujeitos para seu papel social. Sendo assim, é imprescindível que este sujeito (estudante) seja visto também em sua unidade, já que possui suas necessidades, capacidades e fragilidades. Logo, é preciso um trabalho conjunto com todos aqueles que fazem parte da rede de apoio desses estudantes, para que juntos possam pensar a melhor forma de ajudá-lo a se desenvolver.

Diante disso, o planejamento escolar se torna um elemento essencial para uma efetiva educação de qualidade, articulada e pensada para o seu alunado. Em relação a isso, é válido analisar que a educação no Estado do Ceará, tem se mostrado referência em termos de educação de qualidade no contexto educacional brasileiro nas últimas décadas do século XXI, por instituições oficiais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Isto foi analisado por meio de indicadores relacionados ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e às avaliações de larga escala. Sobre isso Afonso (2000 apud ARAÚJO et al. 2018) comenta que o Estado decidiu minimizar os gastos em relação ao campo social e potencializar "controle e a regulação dos

serviços públicos a fim de obter eficácia com eficiência”. Com isso, se tem o Estado como avaliador, fazendo uso de avaliações educacionais como mecanismo de *accountability* e prestação de contas dos serviços prestados no âmbito da educação pública.

O Estado, atualmente, dirige todos os percursos envoltos nesse processo, desenvolvendo assim tudo o que se refere à formulação, aplicação, correção e divulgação de resultados dessas avaliações. Sobre isso, Araujo et al (2018) traz:

Isso indica uma perspectiva produtivista em educação, que veio se acentuando, principalmente com a vinculação às pressões de organismos internacionais, que favorecem financiamentos de diferentes ordens ao país e apontam para um modelo gerencialista passando a modelar as propostas educacionais centradas nos resultados de rendimento escolar dos alunos. (RAVELA, 2000; AFONSO, 2000 apud GATTI, 2014, p.21)

Com isso, percebe-se que no Ceará é utilizado por mais de uma década o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE), para ranquear e categorizar níveis, notas, índices e como um meio de premiação. Além disso, foi criado o prêmio Escola Nota Dez, que é disciplinado pela Lei Estadual nº 15.923/2015, regulamentado pelo Decreto nº 32.079/2016 e pela Portaria nº 0998/2013 funcionando como:

Política indutora para as escolas melhorarem seus resultados; Como política apoiadora às escolas com menores resultados; Está subsidiado em um modelo de aprendizagem institucional focado na disseminação de boas práticas de gestão e pedagógica; Fortalecer a melhoria da qualidade na aprendizagem dos alunos de 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental da rede pública. (CEARÁ, 2013b, s.p.).

No entanto, a portaria nº 0998/2013-GAB, que fala um pouco sobre alguns complementos e regulações, que estabelece quais são as crianças que não são contabilizadas, “no cálculo da participação e da proficiência por se enquadrarem nas seguintes situações: I) Alunos com deficiência;”

O presente capítulo teve como objetivo discutir os planejamentos na educação a partir da função social da escola, pontuando a imprescindibilidade da intencionalidade pedagógica. Também produzindo desdobramentos acerca da necessidade de se articular um planejamento, a partir da gestão democrática, que ponha o estudante como sujeito de direito, que necessita ser posto no centro do seu processo de ensino aprendizagem. E isso se desenvolve com um trabalho em conjunto com sua rede de apoio (gestão escolar, educadores, auxiliares de desenvolvimento, pais e entre outros).

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de discutir como o planejamento articulado com os profissionais que acompanham uma criança com deficiência auxilia na inclusão. Isso foi realizado por meio de uma abordagem qualitativa, visto que foram levantados dados que expressam as características e comportamentos do objeto estudado.

O instrumento da pesquisa foi um formulário online do Google, apresentado no APÊNDICE A – “FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA” deste trabalho. Ele estava dividido em cinco seções: a primeira continha o Termo livre de consentimento, na qual as pessoas liam e assinalava a confirmação; a segunda (3 perguntas) caracterizam os sujeitos da pesquisa, e a partir do seu ofício poderia ir para a terceira ou quarta seção; a terceira (9 perguntas) era acessada apenas pelos professores, nela era levantado dados acerca do tempo de formação e atuação deles, e também buscava informações sobre sua prática; a quarta seção (4 perguntas) era acessada pelos profissionais de apoio, e objetivava buscar dados acerca da atuação desses sujeitos; e na quinta seção (2 perguntas), acessada por todos os respondentes, eles discorriam acerca da sua perspectiva do planejamento articulado e sobre sua visão do processo de inclusão.

O formulário foi enviado em 6 grupos do Whatsapp, e encaminhado para 5 pessoas no chat privado do mesmo aplicativo. O início da divulgação foi no dia 17 de outubro de 2023, finalizando a coleta de respostas no dia 17 de novembro de 2023. Assim, foram obtidas 13 respostas. Em relação aos sujeitos da pesquisa tiveram os seguintes números de respondentes de cada função: 3 profissionais de apoio, 2 professores (a) do AEE e 8 professores (a) de sala de aula regular.

A análise de dados foi desenvolvida de forma exploratória, de forma a apresentar os dados qualitativos, analisando as perguntas acerca do tempo de profissão e formação, articulando-os com os relatos de cada profissional. Também discorrendo sobre as perspectivas dos respondentes acerca do planejamento colaborativo e da efetiva inclusão dos estudantes, traçando intersecções entre essas visões, e relatos da prática, com as teorias trazidas no referencial teórico.

## ANÁLISE DOS DADOS

Para analisar o principal objetivo da pesquisa, que é discutir como o planejamento articulado com os profissionais que acompanham uma criança com deficiência auxilia na inclusão, foi realizada uma pesquisa por meio de um formulário online, que buscava compreender o ponto de vista do professor do AEE, professor de sala regular e o profissional de apoio acerca do planejamento colaborativo.

A pesquisa obteve uma amostra de 13 respostas, sendo destas, 2 de professores do AEE, 8 de professores de sala regular e 3 de profissionais de apoio. Em relação ao grau de escolaridade, das 13 respostas obtidas, 9 declararam possuir o ensino superior completo e 4 declararam ensino superior incompleto. Quanto ao tempo trabalhado, na categoria dos professores (da sala regular e do AEE), o tempo de atuação dos respondentes da pesquisa variou de 1 ano a 29 anos de docência. Já na categoria profissional de apoio o tempo variou de 4 meses a 4 anos. Em relação ao tempo de formação foram obtidas respostas desde profissionais que estão concluindo a graduação até profissionais formados há mais de 20 anos.

No campo da etapa de ensino, 5 professores declararam trabalhar na educação infantil e 5 trabalham no ensino fundamental. Em relação às redes de ensino, 1 relatou trabalhar na rede estadual, 6 na municipal e 3 na particular. Já quando perguntado a quanto tempo atua na etapa em que estão atualmente 9 professores relataram que estão de 1 a 5 anos e apenas 1 relatou que está entre 6 a 10 anos na etapa atual, isso demonstra que apesar de ter profissionais com 29 anos de experiência, ao longo da sua trajetória docente ele não permaneceu apenas em uma etapa de ensino.

Quando perguntado a respeito da quantidade de alunos com deficiências e/ou transtornos do desenvolvimento ou superdotação: os dois professores de AEE que responderam um deles acompanha 36 crianças e o outro de 56. Já os professores de sala regular o número variou de 1 até 15 crianças.

Para pensar em como os profissionais percebem as necessidades dos estudantes foi elaborada uma questão tendo essa discussão como centro, e nela foi percebido que teve pontos recorrentes: os professores tomam o aluno como centro e buscam a formação continuada, como formas de mapear as necessidades das crianças.

Em relação ao primeiro tópico, o aluno no centro da prática educativa, como discutido no referencial teórico deste trabalho, é extremamente importante o olhar

individualizado a fim de compreender as potencialidades e fragilidades dos alunos. Sendo imprescindível, para um bom desenvolvimento, essa análise a partir da individualidade da criança, colocando-a também como agente ativo desse processo, visto que, como discutido anteriormente, ocorre um fracasso no processo educativo quando o professor nega a participação ativa do aluno (GADOTTI, 2007, p. 13).

Já no que se refere à formação continuada como forma de auxiliar no mapeamento das necessidades dos alunos, como citado anteriormente no referencial teórico, Paulo Freire (1982, p.100) pontua a importância de ser um agente reflexivo da sua prática diária, que se encontra sempre em constante construção. Ademais, Freire também pontua que quando nos tornamos um ser reflexivo, torna-se possível demarcar a presença do que ele chama de “espaços livres a serem preenchidos”. Portanto, ao obter como resposta a formação continuada como uma ação para se perceber melhor esse aluno, nota-se a real importância da auto análise dentro do cenário educativo, como forma de garantir a verdadeira inclusão do estudante.

No tocante ao ponto a importância da participação do profissional de apoio no seu planejamento para dialogar sobre as crianças que ambos acompanham, oito dos professores respondeu que sim, acha importante participar sempre e dois disseram que acham importante às vezes. É importante lembrar que Silva (s.d., p. 01) comenta acerca do planejamento participativo e da gestão democrática, onde ele compreende que estes possibilitam uma evolução “dos processos e das práticas participativas e coletivas da escola”. Assim, o planejamento toma um espaço de mediar e articular o trabalho coletivo na educação.

Acerca da pergunta se os profissionais de apoio participam de algum momento junto ao professor para discutir as necessidades das crianças, em que ele acompanha, um relatou que sim, tem momentos para isso; já os outros 2 pontuaram que não, sendo que um deles comenta ser de extrema importância participar. Nos relatos das profissionais de apoio pode ser percebido que sua não interação com o professor de sala regular gera um impacto na oferta de uma educação de qualidade da criança. Isso é observado no relato da profissional de apoio, com nome fictício Flora (profissional de apoio), descrito abaixo:

Atuo como profissional de apoio e fico integralmente com a criança a qual acompanho, tanto dentro como fora de sala. Entretanto, **em sala fico perdida em relação ao acompanhamento pedagógico**, visto que estou apenas no quinto semestre no curso de pedagogia e em sala os professores não disponibilizam nenhum material adaptado para a criança que acompanho. Dessa forma, me sinto responsável por esse acompanhamento também e busco desenvolver atividades durante os momentos em sala. Contudo, por não saber dos conteúdos dados e os professores não me comunicarem nada a respeito do que será trabalhado em sala

as atividades que penso na hora são descontextualizada, muitas vezes, com as que os professores passam para o resto da turma. (Grifo nosso)

Quando questionado aos profissionais de apoio se eles consideram importante a participação deles no planejamento da criança que eles acompanham, todos responderam que sim, consideram importante participar **sempre** desse momento. Fato que demonstra que ao ocorrer esse planejamento colaborativo, o profissional de apoio pode desenvolver mais segurança no auxílio à criança que ele acompanha.

É mister pontuar novamente que esse trabalho colaborativo entre os profissionais que acompanham uma criança direcionam o processo pedagógico, possibilitando um bom processo de aprendizagem, logo, uma efetiva inclusão escolar. Para somar a essa discussão, foi perguntado aos respondentes da pesquisa, quais outras ações eles consideram importantes para essa efetiva inclusão dos estudantes no ambiente escolar. Assim, foi citado diversos outros aspectos que possuem impactos na aprendizagem dos alunos:

O professor precisa conhecer todos os alunos bem e ter a sensibilidade, a coragem e os saberes necessários para construir em sala um ambiente inclusivo e participativo. Alguns alunos não necessitam exatamente de uma atividade diferenciada dos demais, por muitas das vezes não apresentar atraso em relação aos outros alunos, mas noto que quase sempre é preciso de uma atenção especial por parte do professor, um jeito diferente de observar e lidar com conflitos e incentivos em sala. Muita das vezes a inclusão se dá nessa sensibilidade na interação com o aluno. (Victor, professor de sala regular, 2023)

Considero que o acesso pleno e autônomo a todos os ambientes é essencial, para além disso, percebo necessário quebrar as barreiras atitudinais muitas vezes impostas pelos presentes naquele ambiente escolar, considero importante também que todos os planejamentos fossem pensados de forma a incluir a criança e possibilitar a dignidade e o seu direito garantido em lei sobre a educação. (Flora, profissional de apoio, 2023)

‘ Especificamente sobre o planejamento colaborativo comenta Flora:

Percebo que o planejamento colaborativo seria muito proveitoso para todos, já que nesse momento, as pessoas que atuam como profissionais de apoio poderiam contribuir sobre as habilidades da criança em que ela acompanha, já que a aproximação desse profissional é bem mais intensa do que com o professor, ele sabe muitas coisas que podem ajudar o professor na hora de planejar de forma a

incluir, e dessa forma, o profissional de apoio poderia acompanhar a criança durante a aula que incluiu e ajudar quando necessário, permitindo a essa criança um acesso ao conhecimento e não apenas ao espaço físico da escola. (Flora, profissional de apoio, 2023)

Como já comentado anteriormente, Libâneo (1994) reflete acerca do planejamento, pontuando-o como “um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Dessa forma, é evidente a importância da realização de um planejamento bem articulado, de forma a favorecer a criança na qual se destina o ensino. Planejamento este que, permeado de intencionalidade pedagógica, também seja elaborado considerando a troca com os demais profissionais que acompanham a criança.

É importantíssimo que ocorra esse diálogo constante entre professor da sala comum e professor do AEE, para que todos estejam acordados e caminhando em uma mesma direção no tocante ao aprendizado da criança. No entanto, percebo que há um distanciamento entre esses profissionais. O professor do AEE fica o tempo inteiro preso na sala dele e essa interação com o professor da sala de aula comum raramente ocorre. Percebo isso na minha escola. (Victor, professor de sala regular, 2023)

Conceição (2019) comenta sobre a importância dos professores das diversas áreas fazerem parte coletivamente do processo de organização. No relato de Victor é notado o oposto do escrito por Conceição, estreitando laços.

Acerca disso Otto relata a importância de ter uma visão ampla dos alunos para que assim o planejamento e a rotina em sala sejam proveitosos.

Extremamente importante, porque ter a visão dos demais profissionais que acompanham essa criança faz com que possamos ter uma visão holística do estudante, ampliando a nossa possibilidade de ajudá-lo. Somente juntos, poderemos ajudar a todos os estudantes, tanto aqueles típicos quanto atípicos. (Otto, professor de sala regular, 2023)

Os relatos aqui expostos demonstram o quão distante de um cenário ideal está a educação para as crianças com deficiência e transtornos do desenvolvimento. Isso porque os relatos mostraram uma segmentação dos demais profissionais que atuam acompanhando as crianças, visto que eles não participam em nenhum momento do planejamento.

Com os dados obtidos na presente pesquisa, é possível perceber que é imprescindível o planejamento colaborativo, visto que o papel do professor e auxiliar está

diretamente relacionado com a qualidade de atendimento da criança no contexto escolar. Ademais, todos os respondentes da pesquisa dissertaram sobre o enriquecimento que há ao ter a interação entre todos os responsáveis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da pesquisa foi possível compreender um pouco do cenário atual acerca de como é pensado o planejamento para a inclusão de alunos com deficiência. Com as respostas obtidas, foi possível compreender que os respondentes consideram importante conhecer o aluno e torná-lo centro da prática, percebendo assim, as necessidades dos alunos. Outros pontuaram que para compreender e agir em cima da necessidade do aluno é necessário buscar formações continuadas, buscando novos conhecimentos a fim de poder contribuir com a aprendizagem do aluno.

Considero que os pontos supracitados pelos professores (as) são de extrema importância quando alinhados: conhecer o seu estudante, suas potencialidades, suas fragilidades, seus interesses. Isso torna a prática mais interessante para o aluno. Ademais, apenas conhecer o aluno não ajuda no fazer pedagógico se o professor não é um agente reflexivo e que busca constante novos conhecimentos, visto que sem o conhecimento do que fazer, sem uma intencionalidade, sua prática não tem objetivos e se torna descontextualizada.

Em relação à importância do profissional de apoio estar presente também no momento do planejamento, todos os professores relataram que acham importante. Com isso, é possível refletir que o planejamento participativo, pode ser muito favorável para o desenvolvimento das crianças, visto que ao interagir com outros profissionais que acompanham as crianças se tem uma visão plural dela, podendo assim, observar e ter mais desdobramentos que melhorem sua prática do que no trabalho individual.

Outrossim, foi percebido a recorrência da não participação dos profissionais de apoio no planejamento do professor, momento este que iria propor uma troca acerca dos assuntos relacionados às crianças que ele acompanha. Como dito anteriormente, acredito que com o planejamento participativo a visão acerca da criança se torna mais plural, possibilitando assim uma prática com ampla visão. Acerca desta importância na visão plural, o entrevistado Otto comenta sobre a relevância que tem a visão holística de uma criança assistida por diversos profissionais.

Com esta pesquisa foi possível perceber a visão de alguns profissionais da escola e perceber que o cenário ideal de inclusão ainda tem muitos caminhos a serem percorridos.

Isso é percebido, visto que apesar de todos, tanto entrevistados quanto os teóricos trazidos no referencial, destacarem a importância de um planejamento que tome a criança como centro, ainda não é observado na prática a presença dos profissionais de apoio, sujeitos esses que observam de perto as crianças com deficiências e/ou transtornos.

Portanto, acredito que seja mister continuar a produção de mais trabalhos investigativos da prática docente, dentro da perspectiva da inclusão. Principalmente, porque este é um trabalho constante, e que as discussões elaboradas contribuem para que nós, enquanto educadores, possamos ir aprendendo, gerando novos desdobramentos e produzindo propostas cada vez mais em direção à produção de uma escola, e como seres sociais, uma sociedade, mais inclusiva.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karlane Holanda et al. **A (in) visibilidade dos alunos com deficiência na política de avaliação de resultados educacionais no estado do Ceará.** In: CINTEDI- Congresso Internacional de Educação Inclusiva/II Jornada Chilena de Educação Inclusiva. 2018. p. 1-12.

BARBOSA, Heloisa Fonseca; BARBOSA, Maiara Fonseca de Alencar; GOMES, Robéria Vieira Bareto. **A história e as contribuições de Maria Montessori para a educação especial na perspectiva inclusiva.** Rein-revista educação inclusiva, v. 7, n. 2, p. 323-335, 2022.

BORGES, F. P.; ROCHA, A. S. **Currículo Formal e Funcional: a Formação Coletiva No Estado do Paraná.** Secretaria Estadual de Educação do Paraná, 2014.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda Constitucional nº 107, de 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **LDB - Lei nº 9394/96,** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. BRASIL. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 14 de janeiro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.612** Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 17 abril 2015. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm). Acesso em: 17 de setembro de 2023

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146,** de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 10.502** de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 30 de setembro de 2020. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10502.htm). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 11.370** de 1 de janeiro de 2023. Revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 1º de janeiro de 2023. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11370.htm). Acesso em: 17 de setembro de 2023.

BULGRAEN, Vanessa C. **O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento.** Revista Conteúdo, Capivari, v. 1, n. 4, p. 30-38, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **A instituição/escola de educação especial na perspectiva inclusiva: desenho contemporâneo.** Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v. 3, n. 01, 2016.

CEARÁ. **Lei nº 15.923, de 15 de dezembro de 2015**, regulamentada pelo Decreto nº 32.079, de 9 de novembro de 2016. Modifica a Lei Estadual nº 15.052, de 6 de dezembro de 2011, que define premiação para as escolas públicas de 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental com os melhores resultados na avaliação do Spaece, bem como apoio financeiro às escolas de 5º e 9º anos com os menores resultados nesta avaliação. Diário Oficial do Estado do Ceará, Poder Executivo, Fortaleza, 16 dez. 2015.

CONCEIÇÃO, Joecléa Silva et al. **A importância do planejamento no contexto escolar**. Faculdade São Luís de França. 2019.

CORDEIRO, Edna Maria; DE SOUSA, Claudineia Ribeiro; ROCHA, Jovina Benicio Coelho. **A construção do projeto político-pedagógico da escola**. Curitiba: CRV, p. 59-70, 2009.

COSTA, Vera Lúcia Pereira. **Função social da escola**. Retirado a, v. 12, n. 11, 2012.

GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 2007.

KLOSOWSKI, Simone Scorsim; REALI, Klevi Mary. **Planejamento de ensino como ferramenta básica do processo ensino-aprendizagem**. Revista Eletrônica Lato Sensu, v. 5, p. 1-8, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **O planejamento escolar**. Didática. São Paulo: Cortez, p. 221-247, 1994.

LUSTOSA, Francisca Geny. **Inclusão, o olhar que ensina!** [livro eletrônico] : a construção de práticas pedagógicas de atenção as diferenças / Francisca Geny Lustosa e Rita Vieira de Figueredo. - Fortaleza: Imprensa Universitária, 2021.

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo**. Série Idéias, v. 28, p. 111-122, 1997.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **Histórias das agriculturas no mundo. Do neolítico à crise contemporânea**. IICA, 2010.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

PANIAGO, Rosenilde Nogueira. **Os Professores, Seu Saber e o Seu Fazer**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2017.

**Plenário confirma suspensão de decreto que instituiu política nacional de educação especial**. Portal STF, 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=457869&ori=1#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,Inclusiva%20e%20com%20Aprendizado%20ao>. Acesso em: 17 de setembro de 2023.

SANTOS, Emerson Mayk Cristiano dos. **A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO PARA UMA AÇÃO PEDAGÓGICA EFICAZ NO CONTEXTO ESCOLAR**. s.d.

SILVA, Denise Ap Resende. **Concepções de deficiência e práticas pedagógicas de professoras apoio na escola fundamental: estudo em um município de Minas Gerais**. 2021.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **Planejamento e Práticas da Gestão Escolar.** Escola de gestores. s.d.

TRIGUEIRO, Regina Célia. **A importância do planejamento para professores no processo ensino-aprendizagem.** 2009.

## **APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA A PESQUISA**

### **Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso - Raquel Arruda**

Você está sendo convidada(o) a participar do projeto de pesquisa que tem por objetivo discutir como o planejamento articulado com todos os profissionais que acompanham uma criança com deficiência e/ou transtornos do desenvolvimento auxilia na inclusão. A pesquisa faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), requisito para a graduação no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará.

Sua participação consiste na disponibilidade em responder a este formulário.

Trata-se de um questionário para obtenção das informações que serão utilizadas na análise de dados. Como procedimento necessário, serão apresentadas perguntas de caráter objetivo e subjetivo. Você levará em torno de 10 a 15 minutos para responder e esse procedimento não apresenta riscos ou desconfortos, estando os participantes livres para responder conforme suas opiniões. Você tem a liberdade para deixar de participar da pesquisa em qualquer momento e as informações obtidas serão analisadas sob sigilo de dados e utilizadas somente para a pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Ao participar, você terá acesso aos contatos dos responsáveis pela pesquisa para esclarecimentos sobre eventuais dúvidas:

Pesquisadora: Estudante do Curso de Pedagogia, Raquel Pereira Arruda (arrudaraquel777@gmail.com)

Orientadora: Professora da Faculdade de Educação/UFC, Dra. Georgia Albuquerque

Caso você se sinta suficientemente informada(o) a respeito das informações que leu ou que foram lidas para você sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e que sua participação é voluntária, que não há remuneração para participar do estudo e se você concordar em participar solicitamos que marque no espaço abaixo.

Ao dar prosseguimento a este formulário, declaro que, após leitura minuciosa das informações da pesquisa, estou ciente dos procedimentos a que vou ser submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firmo meu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa. E, por estar de acordo, marco SIM para consentir o presente termo.

( ) SIM

NÃO

## PESQUISA TCC

Nome fictício de sua preferência:

---

Qual seu grau de escolaridade?

- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo

Qual das funções abaixo você realiza atualmente?

- Professor (a) da sala de aula regular
- Professor (a) da sala do AEE
- Profissional de apoio

### Perfil professor

Quanto tempo você trabalha como docente?

---

Há quanto tempo você está formado (a)?

---

Qual etapa de ensino você atua?

- Educação infantil
- Ensino fundamental I

Você trabalha em qual rede?

- Municipal
- Estadual
- Particular

Há quantos anos você está na etapa de ensino que você atua atualmente?

- Entre 1 a 5 anos
- Entre 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Quantos alunos com deficiências e/ou transtornos do desenvolvimento ou superdotação você acompanha/leciona?

---

Como você busca conhecer as necessidades educacionais dos seus alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou superdotação?

---

Como você garante a inclusão de todos os estudantes na produção do seu planejamento?

---

Você considera importante a participação do profissional de apoio no seu planejamento para dialogar sobre as crianças que você acompanha?

- Sim, acho importante participar SEMPRE
- Sim, acho importante participar ÀS VEZES
- Não, acho dispensável

### **Perfil profissional de apoio**

Há quanto tempo você atua como profissional de apoio?

---

Quais as funções que você desempenha atualmente?

---

Você participa de algum momento, junto ao professor, para discutir sobre as necessidades da(s) criança(s) que você acompanha?

---

Você considera importante sua participação no planejamento do professor para dialogar sobre as crianças que você acompanha?

- Sim, acho importante participar SEMPRE

- o Sim, acho importante participar ÀS VEZES
- o Não, acho dispensável

### **Efetiva inclusão**

Quais ações você considera importante para uma efetiva inclusão dos estudantes no ambiente escolar?

---

O que você pensa acerca do planejamento colaborativo (desenvolvido pelo professor em contato com os demais profissionais que acompanham a criança)?

---